Entrevistado: Maria do Carmo Correia Galvão
Entrevistadora: Mônica Machado
Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2002

Maria do Carmo Galvão: Eu nasci em São Paulo, capital, em 27 de junho de 1925. Filha de Jorge Correia Galvão e Clarice Galvão. Eu me formei pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Mônica Machado: ***Por que Geografia?***

Maria do Carmo Galvão: Eu não entrei para a faculdade pela Geografia. Eu sempre tive um interesse enorme pelo magistério. Eu queria era ser professora. Eu busquei a História, porque queria ser professora de História. O primeiro encantamento foi com a Antropologia, que eu desconhecia totalmente. Nós tivemos um curso muito bom. Eu considero o nosso curso de História e Geografia na antiga Faculdade Nacional de Filosofia um primor. Realmente um primor. Porque nós tínhamos um embasamento muito amplo e válido da Geografia, da História e da Antropologia. Tínhamos menor circulação na Geologia; na Botânica nenhuma. Mas o embasamento da Geografia Física, da Geomorfologia, da Climatologia, da Antropologia e da História, que na época estavam inteiramente associadas, nos deu realmente uma base muita válida para entender o espaço do homem. O meu primeiro encanto foi com a Antropologia e paralelamente com a Geomorfologia, porque eu me deparei com o professor Ruellan, um professor francês que viveu um longo período no Brasil. Eu peguei os últimos anos da temporada dele no Brasil e me entusiasmei pelas suas aulas. Mas eu só descobri a Geografia propriamente no terceiro ano, quando começamos a ter Geografia do Brasil com o professor Hilgard Sternberg.

Mônica Machado: ***Antes do Sternberg, quem lecionava Geografia do Brasil na Nacional?***

Maria do Carmo Galvão: Não sei. O Sternberg me examinou no Vestibular. E foi interessante o que aconteceu. Eu fiz o vestibular em 1948. Eu fiz meu secundário em um colégio muito bom, no Colégio Sion, em Campanha, sul de Minas Gerais. Foi um colégio realmente extraordinário, com excelentes professores, todos religiosos e com muito boa formação. Ali havia uma atmosfera realmente de muita determinação. Eu tive uma base muito boa, principalmente línguas novas, de português e francês, que falávamos corretamente. O francês era a segunda língua. Tive também uma formação esplêndida em Filosofia, porque eu fiz o curso normal. Quando saí, eu tinha 16 anos e, naquele época, não havia a possibilidade de fazer a faculdade com menos de 18 anos. Eu tinha que fazer um curso, o curso de Madureza, mas também não tinha idade. Então eu comecei a lecionar no Sion; lecionei lá durante dois anos.

Mônica Machado: ***A Sra. lecionava qual disciplina?***

Maria do Carmo Galvão: Geografia e História. Eu comecei no primário e na admissão, depois eu passei para o ginásio e entrei para a faculdade, em 1948. Na faculdade o meu grande impacto foi com a Antropologia, que era lecionada pelo professor Arthur Ramos, uma pessoa e um intelectual fantástico. No primeiro ano ele me convidou para trabalhar com ele.

Mônica Machado: ***Ele morreu cedo, não é?***

Maria do Carmo Galvão: Muito cedo. Ele morreu em 1949, por volta dos 43 anos. Ele teve uma missão na UNESCO, em Paris. Acho que não era UNESCO ainda, mas era uma entidade internacional. Ele teve um edema

pulmonar, fulminante. Eu continuei trabalhando com a Dona Mariana, que era assistente dele, paralelamente, com o professor Ruellan, que era do IBGE. Ele me chamava para todas as excursões de pesquisa, na época no Vale do Rio Doce. Então me fascinava ver o passado, pela Antropologia Cultural e pela Antropologia Física, com Arthur Ramos, que peguei no primeiro ano, e pela Geomorfologia com o professor Ruellan. As excursões com Ruellan foram verdadeiras aulas particulares, foi uma experiência muito boa. Então foi no terceiro ano, com a Geografia do Brasil, que eu me deparei, realmente, com Geografia. Eu tive a consciência de que a minha atração era justamente pela Geografia, pela Geografia plena, completa, a Geografia física e a social associadas. E o professor Sternberg foi o grande responsável pela minha formação. E a coincidência interessante é que, quando eu fiz o vestibular, eu tinha estado, no ano anterior, em Minas, numa cidade do Vale do Paraíba, com minha irmã, que foi para lá fazer um tratamento. Nós havíamos mudado para o Rio de Janeiro, pois eu passei minha infância em Cruzeiro, na fazenda, e minha mãe não quis que eu fosse para São Paulo, pois nossa família era toda de lá, eu teria muita visita e ela queria que eu ficasse mais tempo estudando. Em Cruzeiro minha mãe conhecia pessoas que estavam trabalhando em Minas Gerais, eram pessoas da Rede Mineira de Viação, engenheiros que estavam auxiliando as instalações lá em Cruzeiro. Então, quando eu terminei o secundário, aos 16 anos, fui com minha irmã para uma cidadezinha no Vale do Paraíba, Rio Preto, para realizar o tratamento que ela estava precisando fazer. O ano anterior havia sido um ano de grandes chuvas e a cidade de Rio Preto foi muito atingida. Um médico francês, Dr. François, que foi para lá também procurando um lugar para se tratar, acabou montando um museu. Ele se interessava pela Geologia e também pela Botânica. A enchente veio e acabou com todo o museu. Quando eu fui para lá, eu vi apenas os resquícios do que havia sido o museu. Então, os efeitos da enchente na cidade me chamaram muito a atenção, embora eu não tivesse presenciado a enchente propriamente. Quando eu fiz o vestibular o professor Hilgard me examinou e ele havia realizado um estudo, alias muito bom, sobre as enchentes e movimentos coletivos do solo no Vale do Paraíba, justamente essa enchente. Eu falei sobre minha experiência em Rio Preto. E quando eu estava no segundo ou terceiro mês do Curso, março ou abril, o professor Sternberg me perguntou o que é que eu estava fazendo. Eu disse que havia começado com o professor Arthur Ramos, que estava com a D. Marina e que o Prof. Ruellan sempre me chamava para o Conselho Nacional de Geografia. Então ele me perguntou se eu queria trabalhar com ele; larguei o Sion e comecei a trabalhar com ele. A partir daí nunca mais deixei a Geografia, e fui me dedicando cada vez mais à Universidade. E eu vejo na Geografia uma área de conhecimento que não só abre os horizontes mas que também promove um entendimento do mundo. Eu nunca consegui conceber a Geografia Física e a Geografia Humana como áreas estanques. Para mim elas são visões, são perspectivas. Mas, de fato, na Geografia Física o homem está presente, assim como na Geografia Humana o físico é uma parte integrante. Então, quando começou a preocupação ambiental, nos anos de 1980, eu fiquei bastante animada porque a preocupação ambiental poderia trazer à Geografia uma compreensão mais completa do espaço, poderia trazer ao geógrafo o entendimento da Geografia como uma ciência coesa. Hoje, mais do que nunca, não há como entender o físico sem o social e também o social sem o físico, pois ambos participam da produção do espaço. A visão que eu tenho de Geografia é essa. O meu percurso na Universidade indica essa visão, seja na Geografia do Brasil, na Geografia Regional ou na Geografia Regional do Mundo, quando voltei da Alemanha e lecionei, durante alguns semestres, Geografia da Europa.

Mônica Machado: ***Na Faculdade Nacional de Filosofia como funcionava a Geografia? Havia um curso de História e Geografia, mas havia também dois Departamentos. Eles eram independentes?***

Maria do Carmo Galvão: O funcionamento era separado: os professores, seus assistentes e projetos. Mas no Curso as disciplinas estavam intimamente associadas: a História, a Antropologia e a Geografia. Um fato muito importante que a gente não pode esquecer foi a separação do curso de Geografia e História, que realmente se separa com a Reforma Universitária de 1968. Antes nós tínhamos muito mais contato e entrosamento do que

depois da Reforma. A reforma desagregou pelo próprio sistema de créditos. Os departamentos passaram a ser totalmente distantes. As disciplinas poderiam ser feitas de acordo com os interesses dos estudantes que passaram a montar o seu currículo. A separação física dos Cursos também criou um isolamento que acabou quebrando a articulação que havia. Antes nós tínhamos o Curso de Geografia e História, tínhamos o diploma em Geografia e História, podíamos lecionar Geografia e História. Não havia Antropologia como disciplina no secundário, mas era um instrumento para nós extremamente importante no ensino da Geografia e da História. Com a separação e a Reforma houve uma grande preocupação com o aprofundamento da Geografia e uma multiplicação de disciplinas geográficas, como Geografia Física I, Geografia Física II, Geografia Física III, a Geografia do Brasil passou a ser Física, Regional (Geografia Regional era onde eu realmente me sentia a vontade, onde eu circulava melhor. Mas dei também Geografia Física do Brasil, que era uma Geografia em que o homem estava presente em todas as situações. A integração para mim era fundamental). E do ponto de vista da Geografia, na minha opinião, houve uma perda. Nós passamos a ter mais Geologia, que já havia na Faculdade de Filosofia. Mas antes nós tínhamos mais intercâmbio entre as pessoas, nós estávamos no mesmo prédio, nós tínhamos contatos com os físicos, com a química, com a literatura, com todos. A Faculdade de Filosofia se constituía como um centro de fermentação de idéias.

Mônica Machado: ***A saída da Geografia da Faculdade de Filosofia para a Geociências, no caso do Rio de Janeiro, ocorreu por que razões? Na USP a Geografia continuou junto com as ciências sociais.***

Maria do Carmo Galvão: Na USP foi diferente porque ela não era uma Universidade Federal. Eles mantiveram por mais tempo que nós os professores franceses lecionando lá. E como uma Universidade do Estado de São Paulo, um estado que sempre quis marcar sua autonomia. Eu sou paulista de 400 anos e vivi isso. O paulista é muito pretensioso, muito convencido de si mesmo. Mas o fato de eu ter vindo para o Rio me permitiu ter essa visão mais clara do paulista. Eu me perguntava sobre o porquê de São Paulo ter sempre essa mania de grandeza, uma vez que os trabalhadores de São Paulo eram iguais aos do Rio em termos de conhecimento. Quando eu tive essa consciência eu não quis mais voltar para São Paulo. Eu não deixei de ser paulista, sou paulista, mas adoro o Rio, minha área de estudo é aqui, no Estado do Rio de Janeiro. O paulista é muito ele mesmo, ele é demais. Mas em certas coisas ele acaba se saindo bem. Tanto é assim que ele teve um desenvolvimento muito grande. Mas é um desenvolvimento que desde a sua raiz foi diferente dos outros estados, do Rio, não é? Com isso São Paulo se valeu de uma estrutura criada pelo estado, criada pela sociedade paulista. Uma estrutura econômico-social mais sólida e mais profunda, com mais recursos. De modo que a própria determinação do Conselho Federal de Educação com relação ao curso de pós-graduação só foi aderida muito tempo depois. São Paulo só aderiu as determinações do Conselho Federal de Educação com resistência e muito depois de nós, a UFRJ, já termos criado a pós-graduação dentro da estrutura do Conselho Federal de Educação. São Paulo tinha um sistema de doutorado, começando com doutorado, não havia mestrado, só doutorado, que era o que também tentou-se implantar no Rio. Tanto que eu cheguei a me inscrever no doutorado aqui, para fazer com o professor Ruellan, mas era um doutorado que não tinha estrutura nenhuma, ele estava sendo elaborado dentro da estrutura do doutorado da França e não foi levado adiante. E São Paulo manteve o doutorado tradicional por longo tempo.

Mônica Machado: ***Nos documentos que tenho pesquisado eu vi o nome por exemplo da Lysia Bernardes sendo indicada para fazer o doutorado. Vi também vários outros nomes, mas depois não encontrei mais nenhuma informação sobre esse assunto.***

Maria do Carmo Galvão: Porque nunca chegou a ser montado. O doutorado de Geografia no Rio nunca chegou a funcionar. O doutorado no Rio, que eu saiba, começou com a Biofísica na UFRJ. Somente em 1972 nós

começamos. Nossa pós-graduação foi uma história decorrente da ligação que nós tínhamos com a Faculdade de Filosofia. Nós já estávamos no Instituto de Geociências. O diretor da Faculdade de Filosofia me chamou para uma discussão na Faculdade sobre a montagem dos novos cursos, dos novos currículos. Ele me perguntou onde a Geografia deveria ficar dadas as suas peculiaridades, que lidava tanto com o físico quanto com o social. Eu já sabia como estava sendo dura a situação das Ciências Sociais, era época do regime militar e toda a Faculdade foi desmontada, professores sendo presos e exilados, uma situação muito ruim. O Instituto de Filosofia continuava sendo um vulcão com muitos problemas. Eu disse para ele que o mais importante era ficar em um lugar com condições de trabalho. Nós já tínhamos criado o CPGB e era realmente um Centro de Pesquisas. Os primeiros trabalhos que fizemos foi sobre a flora e fauna brasileiras, sobre as condições das riquezas naturais do país, com os professores estrangeiros. Nós já tínhamos uma experiência de pesquisa, que era a única na Geografia. Foi o Prof. Sternberg, realmente quem começou, pois o prof. Ruellan era do Conselho Nacional de Geografia. Nós tínhamos conseguido com a Fundação Rockfeller, através do representante da Agricultura, que era muito amigo do professor Sternberg, recursos importantes, caminhonetes, os primeiros equipamentos para fazer o levantamento de campo e tínhamos já montado, realmente, um grupo de trabalho sobre o Brasil. Então, decidimos que era melhor ficarmos na área de Ciências da Natureza, com a Geologia, para podermos realmente continuar trabalhando e conseguir o mínimo de recursos para prosseguir as pesquisas. Participávamos de reuniões, e assim foi criado o Instituto de Geociências, que não foi fácil. E em 1968 nós nos transferimos para o prédio do Largo de São Francisco como Instituto de Geociências. A Geologia ficava no 4º andar, a Geografia no 1º, a Astronomia no Valongo e a Meteorologia, cujo curso já tinha começado também na Faculdade de Filosofia, muito articulada com a Física, também ficou no Instituto de Geociências.

Mônica Machado: ***Então poderia ter sido decida a permanência da Geografia junto com as ciências sociais, no caso do Rio?***

Maria do Carmo Galvão: Sim, poderia, A Geografia poderia ter ficado junto com a História. No caso da UFRJ, houve uma consulta. Mas as possibilidades eram muito maiores para a Geografia caso ficássemos com as Ciências Matemáticas e da Natureza, pois as ciências sociais estavam sendo massacradas. Nada que viesse das Ciências Sociais tinha possibilidades de expressão. Nosso começo foi realmente bastante difícil, porque a Geologia era uma área que já contava com uma infra-estrutura bastante sólida e já dispunha de equipamentos e recursos financeiros para pesquisa. Tinha uma posição de superioridade em relação à Geografia. Não tivemos a menor informação sobre a determinação referente à criação do curso de pós-graduação. Nós já tínhamos feito a nossa reforma curricular da graduação. E na ocasião do curso de pós-graduação eu fiquei sabendo, numa das idas à Faculdade de Filosofia, sobre os projetos de criação dos cursos de pós-graduação. E nós, no Instituto, não tínhamos a menor notícia, nenhuma informação, não tínhamos quase mais prazo para elaborar um projeto, mas quem não apresentasse não teria mais possibilidades de continuar as pesquisas, e, para nós, o CPGB era um prejuízo enorme porque nós éramos o único grupo que, até então, fazia pesquisas.

Mônica Machado: ***Isso ocorreu quando?***

Maria do Carmo Galvão: Isso entre 1969 e 1972, por aí. Voltei para o Instituto, mas eu voltei uma bala. Porque eu já tinha feito na Reitoria uma força imensa para conseguirmos montar o nosso Centro de Pesquisas no 1º andar, e consegui. Tínhamos conseguido montar a Biblioteca, fizemos a (re)inauguração da Biblioteca. O CPGB estava funcionando muito bem. Eu já tinha terminado o doutorado. Xavier já estava terminando o dele também, nós tínhamos um corpo docente qualificado para montar uma proposta. Eu disse para o Departamento

que tínhamos que montar a pós-graduação o mais rápido possível. Foi um trabalho, realmente, de grupo. Então a Lysia, a Therezinha, o Xavier e eu nos debruçamos sobre a proposta e montamos o mestrado.

Mônica Machado: ***O professor Sternberg também participou?***

Maria do Carmo Galvão: Não, o professor Sternberg já tinha ido para os Estados Unidos, ele foi em 1964. Nada de perseguição, ele não suportou mais a situação e como foi chamado como professor visitante, ele foi. Nós montamos o projeto de mestrado e quem nos deu apoio imenso foi o criador da COPPE, o professor Coimbra. Foi um esforço sobre-humano, mas nós conseguimos montar o mestrado. E daí para diante o curso foi crescendo com um trabalho muito coeso. Nesse período a contribuição da Lysia e da Therezinha foi fundamental.

Mônica Machado: ***A Lysia era do IBGE, não?***

Maria do Carmo Galvão: Ela era do IBGE, mas também era nossa professora. Ela era professora visitante e depois passou a ser professora mesmo. Quando eu voltei do doutorado, eu vim preparada para fazer livre docência. Mas a livre docência tinha, nesse meio tempo, terminado. Então não havia possibilidade de avançar na carreira universitária, uma vez que essa porta estava fechada. Depois foi aberta, porque a Universidade, a Reitoria, o Conselho Universitário achou por bem determinar que os professores que tivessem um nível de formação teriam a oportunidade de fazer a livre docência, que seria equivalente ao doutorado. E Lysia ia fazer a livre docência quando foi chamada para a Secretaria de Planejamento.

Mônica Machado: ***E ela saiu da Universidade?***

Maria do Carmo Galvão: Daí ela continuou, mas não fez a livre docência, quem fez foi a Bertha. Eu examinei a Bertha na livre docência. Eu queria fazer a livre docência, mas não podia fazer. A partir de um determinado momento, a Universidade equiparou os livres docentes como professores titulares. Então eles passaram a ser titulares. Depois a Bertha passou a ser professora titular pelo fato de ter feito a livre docência.

Mônica Machado: ***E o Nilo Bernardes chegou a dar aula na UFRJ?***

Maria do Carmo Galvão: Não, o Nilo deu aula na PUC. Ele estava muito ligado ao Fábio Macedo Soares, ele trabalhou com o Fábio, lá na PUC.

Mônica Machado: ***A pesquisa na Geografia começou então com o CPGB?***

Maria do Carmo Galvão: Sim, o CPGB foi quem realmente começou a pesquisa, antes da Geografia Física. Quando nós viemos para o Largo de São Francisco. Foi a partir da Reforma Universitária que a Geografia Física começou, assim como a Geografia Humana, a fazer os trabalhos de pesquisa. Porque quando nós viemos para o Largo de São Francisco já tínhamos uma estrutura do Departamento montada com as áreas de Física, Humana, Brasil e Regional. O CPGB já tinha uma tradição de pesquisa, pois nós estávamos trabalhando em pesquisa em Geografia Regional e Agrária. Com a Reforma Universitária, a Therezinha, que havia feito História e tinha sido assistente do Eremildo Viana, veio para a Geografia por ocasião do Congresso Internacional, em 1956. A partir daí, ela se preparou, e quando eu estava na Alemanha, em 1959, ela estava fazendo a tese de livre docência em Geografia. Mas, por algum motivo que não me lembro, a Therezinha desistiu da livre docência, e ela já estava com a tese pronta, sobre Nova Iguaçu, um trabalho muito bom publicado na Revista Brasileira de Geografia. De modo

que ela nunca fez a livre docência que eqüivaleria ao doutorado. Ela foi uma excelente colaboradora na pós-graduação, no mestrado, na Geografia Urbana. Ela e Lysia na Geografia Urbana. Foi a partir daí que as áreas da Geografia começaram a se definir, começaram as especializações.

Mônica Machado: ***A partir do mestrado?***

Maria do Carmo Galvão: Sim, a partir do mestrado. Acho que o foco, o centro da pós-graduação era organização urbana e regional voltada para o Brasil.

Mônica Machado: ***E o CPGB foi o motor desses estudos?***

Maria do Carmo Galvão: Foi, sem dúvida alguma foi. As pesquisas do CPGB foram, desde o início, muito voltadas para a Agrária, porque na Agrária a relação com o físico era absolutamente indispensável. Os meus trabalhos eram sempre trabalhos de Agrária, com que o físico estava articulado. E outro ponto importante: a Agrária não se desvinculava da cidade. O primeiro trabalho que eu fiz foi sobre a Vargem Grande, em Jacarepaguá. A condição natural foi importante, dada a valorização das terras, pois era uma área inicialmente de produção canavieira. A preservação do solo ficou por conta dos beneditinos, as áreas todas de baixada foram degradadas e só passou a ter importância com as obras de saneamento, no período de Getúlio. Por uma questão de necessidade da cidade os canais foram abertos na baixada de Jacarepaguá e as terras que tinham pertencido aos Beneditinos foram terras apropriadas, no fim da fase do encilhamento, por um banco que passou a arrendar as terras. A propriedade beneditina perde-se. Com o saneamento a Baixada passou a ser uma área de horticultura, que era uma horticultura com os portugueses. Eu me encantei pela área quando a visitei, fiquei encantada com o que tinha visto. O meu primeiro trabalho foi sobre essa área. Eu mostrei a diferença de organização da Serra, onde eram todos pequenos proprietários, porque no fim da década de 20, com a criação do imposto territorial, esses produtores passaram a regularizar as suas terras, enquanto na Baixada era terra de ninguém e passou a ter grileiros que arrendavam as terras aos portugueses. Então havia horticultura na Baixada e a área chamada lavoura branca na Serra. Os dois grupos se diferenciavam em termos de organização, um era mais sólido, com sua propriedade e cultivos, e o outro não, todos estavam voltados para o mercado do Rio de Janeiro. Esse foi o primeiro trabalho que eu fiz no qual o agrário estava associado ao urbano, estava intimamente associado à cidade, às condições físicas e às condições sociais dos produtores. Todos os meus trabalhos, como o Cinturão Verde do Rio, depois o trabalho mais amplo das áreas de produção hortícola da Zona Serrana, sempre associaram o espaço físico e o espaço social sob o efeito da cidade. Essa foi a tônica dos meus bolsistas e dos trabalhos que foram realizados com as minhas pesquisas. E, paralelamente, a Urbana cresceu enormemente, com a participação de Lysia, de Therezinha e depois os novos, como o Maurício, com a Geografia Urbana. Então, foi a partir da reforma do currículo, em 1968, da vinda para o Largo de São Francisco, da possibilidade de recursos no CNPq, com as bolsas e depois com o mestrado que a pesquisa realmente foi incrementada na UFRJ. Enquanto nós estávamos na Faculdade de Filosofia, apenas o Sternberg fazia pesquisas, os outros professores não. O Josué de Castro tinha outras inserções e não fazia pesquisas na Universidade e o Leuzinger que também era um engenheiro, era professor de Geografia Física, muito trabalhador e muito sério, mas não era acadêmico como o professor Sternberg.

Mônica Machado: ***E a Geografia Física, quando começa a se desenvolver?***

Maria do Carmo Galvão: Ela passa a se desenvolver depois da nossa ida para o Largo de São Francisco, com o Xavier, que tinha feito o doutorado, com o Jorge Marques, que depois faz o mestrado, com o Dither, que se

formou na Faculdade de Filosofia. Ele veio do Espírito Santo e terminou o curso de Geografia conosco. O Dither trabalhava na Vale do Rio Doce e poderia ter continuado lá, mas ele optou pela Universidade. Ele é um acadêmico, um pesquisador, e quando veio para o Largo de São Francisco começou a desenvolver pesquisas de Oceanografia Marinha. A Reforma Universitária e a nossa vinda para as Ciências Matemáticas e da Natureza foi um fator positivo, porque nós tivemos que nos unir.

Mônica Machado: ***E quando o CPGB acaba?***

Maria do Carmo Galvão: O CPGB acabou exatamente com a Reforma Universitária. Eu ainda mantive o CPGB no Largo de São Francisco. Nós, da Geografia do Brasil, trabalhávamos no CPGB. A disciplina do professor Hilgard era Geografia do Brasil, as outras eram Geografia Física e Geografia Humana. Mas, quando nós viemos para o Largo de São Francisco, a Geografia Humana começou a fazer trabalhos com bolsistas, a Lucy, a Therezinha que foi a alma do curso de Geografia Humana. Depois a Lysia fortaleceu a Geografia Humana, embora ela não permanecesse no Instituto o tempo todo, pois era ainda do IBGE e no começo ficou cedida à UFRJ, só depois ela ficou mais tempo conosco. A Geografia Física também passou a ter um campo de trabalho possível e a articulação com a Geologia para ela foi muito foi boa. De modo que toda essa mudança teve um lado positivo.

Mônica Machado: ***Mas em 1968 o CPGB acaba?***

Maria do Carmo Galvão: Não, em 1968 o CPGB não acabou, não. O CPGB acabou quando foi institucionalizada, realmente, a reforma e criada a estrutura dos Centros. O Centro passou a ser uma categoria institucional acima do que éramos nós. Nós éramos um grupo de pesquisa. A única saída que nós teríamos era transformar o CPGB em Núcleo de Pesquisa de Geografia do Brasil. Mas para isso precisávamos ter uma estrutura administrativa complexa, não era apenas um coordenador, mas uma organização como a do Núcleo de Computação Eletrônica e nós não teríamos condições de criar. Nós havíamos criado com rapidez a pós-graduação, mas essa estrutura nós não tínhamos reforço financeiro suficiente e uma administração também difícil. O que nós queríamos era continuar como uma unidade acadêmica de pesquisa sem ter a estrutura administrativa que a nova ordem determinou, o que não havia mais condição de ser. O grupo de Geografia do Brasil continuou trabalhando; faziam parte do CPGB a Bertha, a Lia, a Leila, que agora está em Santa Catarina, e a Bicalho, que era bolsista da Bertha. Foi um grupo realmente sólido que manteve o trabalho, que manteve a pesquisa com as diversificações e as áreas de especialização, com suas linhas preferenciais de pesquisa, que foram consolidadas depois com a pós-graduação.

Mônica Machado: ***E a documentação do CPGB, onde posso encontrá-la? Eu já busquei na Biblioteca da Pós-Graduação e na Biblioteca Nacional e não encontrei.***

Maria do Carmo Galvão: A documentação do CPGB eu tenho comigo. Aliás eu preciso realmente organizá-la para passar para a Biblioteca da Pós-Graduação. Nós tínhamos publicações avulsas, inclusive há dois trabalhos excelentes que merecem uma reedição. Um do Fernando Carneiro sobre a Migração e Colonização do Brasil. Nós tínhamos a série *Avulsas*, foram dois livros, dois trabalhos publicados, o do Lynn Smith sobre população e esse de Fernando Carneiro.

Mônica Machado: ***O do Lynn Smith encontrei na Biblioteca Nacional, mas o do Fernando Carneiro eu não conheço. Não saiu na RBG?***

Maria do Carmo Galvão: Não, não saiu. Os trabalhos do Congresso em 1956, feitos no curso de Altos Estudos, realizado após o Congresso, e foi na ocasião que tive mais contato com Milton Santos e com o Manoel Correia. Então saíram publicados alguns trabalhos. Depois saiu a Série Bibliográfica, que você conhece, os trabalhos avulsos. Dos trabalhos avulsos três foram publicados, eram estudos realizados no término do curso de Geografia, um da Haydine, um meu, sobre a cafeicultura, o Café e a Expansão Cafeeira. O professor Hilgard publicou mais na RBG.

Mônica Machado: ***Mas eu não encontrei nenhum documento sobre o CPGB, sua criação e sua história.***

Maria do Carmo Galvão: Esse material está comigo e eu preciso organizá-lo ainda. A nossa biblioteca, a biblioteca do CPGB foi abaixo. Quando nós viemos lá do Largo de São Francisco para o Fundão, o material do CPGB foi depenado. O que nós conseguimos ainda guardar para a biblioteca da Pós-Graduação em 1972, nós já estávamos com a pós-graduação, nós viemos em 1973, no verão de 73 é que nós fomos para o Fundão, quando o Médici ia fazer uma visita à Ilha, então resolveram fazer rapidamente a mudança. O Léo, que era um dos funcionários meus, conseguiu ainda salvar coisas, porque escrevia nas caixas "Propriedade Particular da Professora Maria do Carmo", e só assim os caixotes chegaram. Porque a nossa Biblioteca ficou dois anos parada na Biblioteca Central do CCMN.

Mônica Machado: ***Como a Geografia do Brasil se desenvolveu? Qual foi a tendência dos estudos de Geografia do Brasil, eles eram dedicados ao Brasil na escala nacional?***

Maria do Carmo Galvão: Como conjunto houve a idéia de uma Geografia do Brasil, montada a partir da idéia de integração continental, mas vista sob o ângulo das regiões. A visão de nação, a visão de entidade integrada vem com a construção de Brasília, a integração física e a Geografia dentro dela, com a idéia de unidade, de entidade. Agora, os trabalhos foram mais orientados no sentido regional, sem dúvida alguma. E por quê? Eu diria que existem dois focos de preocupação com o Brasil na Geografia. Um em termos de delimitação, em termos de conjunto na América. O Brasil é o maior país e o problema das fronteiras. Aí a Geografia teve um papel muito importante, principalmente o IBGE, na consolidação de fronteiras e na cartografia do país. Levantamentos topográficos e astronômicos foram realizados pelo IBGE para a configuração, para a representação cartográfica do país. O outro foco se sustenta na diversidade do país, que conduziu o desenvolvimento de estudos de regiões, de região integrada. Aí não mais a representação territorial, mas a representação estatística com a criação das Regiões brasileiras, onde entra o IBGE com os estudos regionais. Os primeiros trabalhos foram as publicações "As Regiões Brasileiras", as regiões fisiográficas, que eram na realidade regiões integradas, mas a designação fisiográfica foi dada para que elas se mantivessem por mais tempo. Daí preocupação pelo conhecimento físico e natural dos recursos, as desigualdades. A idéia de nação e de Brasil é muito mais recente.

Mônica Machado: ***Na Universidade ou na Geografia brasileira, em geral?***

Maria do Carmo Galvão: No Brasil, em geral. Na Universidade a preocupação pelo país está presente nos trabalhos, por exemplo, do professor Sternberg. A primeira preocupação do CPGB foi estudar o Brasil como recurso natural. Esse levantamento foi feito com uma universidade da França, não lembro agora qual era. Mas a visão do Brasil como recurso foi muito física. Agora, a tônica foi sempre mais regional e local.

Mônica Machado: ***Por que a Geografia não tentou construir essa idéia de nação, não era característica da ciência? Josué de Castro e Delgado de Carvalho também trataram o país na perspectiva regional, não?***

Maria do Carmo Galvão: É, sempre foi muito descritiva. O trabalho de Josué de Castro é muito regional, mas focaliza o nordeste. Eu tenho um trabalho sobre a Geografia dos Transportes que trata do país como um todo.

***Mônica Machado*: Como a Geografia leu o Brasil é uma questão que tem me intrigado muito.**

Maria do Carmo Galvão: Eu acho que, no âmbito da Geografia acadêmica, o Brasil aparece como totalidade do ponto de vista físico, dos recursos naturais. Na Universidade a Geografia do Brasil foi tratada a partir das regiões. O curso que eu dava sobre Geografia do Brasil tratava do Brasil mesmo. A visão de Brasil também sempre apareceu no meu curso de Geografia regional. Eu sinto que são dois trabalhos que eu poderia ainda fazer; um sobre o Brasil e outro sobre o Rio de Janeiro.

***Mônica Machado*: Com relação à USP e à UFRJ o que poderia ser dito sobre as influências estrangeiras?**

Maria do Carmo Galvão: A USP é bem francesa, mas Rio Claro não. A Federal teve uma posição diferente. A USP se fechou nas tradições da escola francesa, teve uma atitude contrária à quantificação, não quis nem saber a que se propunha, diferente da UNESP-Rio Claro. O IBGE se abriu à quantificação e a Federal nunca deixou de lado a preocupação teórica da Geografia e nunca abraçou a quantificação como solução metodológica, com exceção do Xavier. A UFRJ foi, das grandes universidades, aquela que não se curvou à quantificação, mas não negou a importância desta quando bem utilizada. A Geografia no Rio sempre foi muito mais aberta à inovações e a contatos externos do que a USP. A UFRJ sempre esteve mais aberta à absorção de idéias novas. Com isso podemos dizer que a Federal nunca teve uma posição americana e nem exclusivamente francesa. Ela criou sua própria saída e isso a distingue da USP. O próprio Sternberg fez suas ligações com a Europa e com os Estados Unidos de forma autônoma, ele era de origem alemã o que facilitava muito seus contatos com a Europa. Ele teve também fortes relações com Deffontaines, com Troll, que foi meu orientador na Alemanha, e com Carl Sawer, que foi orientador de doutorado do Sternberg.

***Mônica Machado*: A Sra. considera a existência de uma escola brasileira de Geografia?**

Maria do Carmo Galvão: Há quem lute por uma escola brasileira de Geografia. Talvez, sistematizando a produção da Geografia no Brasil, é possível identificarmos um esboço, uma tendência de trabalho. Eu acho que há uma visão diferente dos trabalhos da Geografia brasileira, uma visão mais aberta, mais dinâmica, mais atualizada. A Geografia do Brasil, de fato, é um desafio permanente.

***Mônica Machado:* Eu acho, professora, que nós brasileiros desconhecemos a produção dos geógrafos brasileiros. Conhecemos a produção dos geógrafos franceses, americanos e mesmo alemães, mas brasileiros não. E por que não, uma vez que são trabalhos de qualidade? Conhecer e valorizar essa produção são meus atuais desafios.**

Maria do Carmo Galvão: Essa é uma excelente pergunta. Eu acho, Mônica, que seu trabalho está muito interessante, realmente muito bom.

***Mônica Machado:* Para concluirmos, a sua dedicação à Geografia Regional e à Geografia Agrária tem alguma relação com a sua história de vida?**

Maria do Carmo Galvão: As minhas raízes com relação ao campo vem de família, pois a família de minha mãe era uma família de fazendeiros de São Paulo, na área de Sorocabana. Meu avô era fazendeiro pecuarista. E em Cruzeiro nós tínhamos também a fazenda, também pecuária, cuja produção era para o Rio de Janeiro. Os fornecedor era de Minas e o mercado era o Rio de Janeiro. Eu vim para o Rio por uma condição também da família. Meu pai veio para resolver problemas da comercialização da carne. Eu me senti muito bem no Rio.

Mônica Machado: ***Mas por que a Sra. se dedicou tanto aos estudos fluminenses?***

Maria do Carmo Galvão: Porque eu acho que o Rio não descobriu ainda o quanto vale. O Rio de Janeiro tem um potencial enorme. Mas o fato de ter sido capital e ter se voltado muito para o Brasil deixou de lado o estado. E o Estado do Rio tem um potencial enorme que está muito articulado ao Rio, como mercado consumidor e como mercado de idéias, como área de inovação. O Rio é muito mais internacional, enquanto São Paulo é muito provinciano.

Mônica Machado: ***Mas o interior do Rio de Janeiro acabou não se desenvolvendo, principalmente se compararmos com São Paulo.***

Maria do Carmo Galvão: Porque o Estado do Rio perdeu o momento de crescimento, pois suas bases históricas eram deficientes e foram resultados de seu processo histórico de colonização. Isso é ponto pacífico. O Rio de Janeiro foi um estado que se formou com a escravidão, e São Paulo não. Ele passou à margem, e a única área paulista que foi escravista foi o Vale do Paraíba, que só se resgatou graças ao crescimento da metrópole, e a relação é com o Rio de Janeiro. Esse resgate do Vale do Paraíba foi uma decorrência do processo de crescimento de São Paulo em relação ao Rio de Janeiro. O Rio não estruturou o seu espaço, ele esteve mais preocupado com o Brasil e não com o estado. Hoje o Estado do Rio está olhando para si mesmo, mas perdeu o momento da revolução agrícola dos anos 60 e 70. O Rio de Janeiro não tinha condições de competir com áreas novas, era uma área exaurida e uma área marcada profundamente por uma estrutura social pouco aberta às inovações e não tinha realmente condições de inovar dada as suas características, por um lado físicas, uma topografia difícil, e por outro lado não tinha uma estrutura urbana capaz de alimentar o mercado de cidades que fossem pontos de crescimento industrial, econômico e social. É preciso não esquecer que, desde a década de 1920, 1930 e 1940, o Rio de Janeiro não tinha mais áreas novas para expansão, ele estava todo ocupado e São Paulo tinha todo o centro-oeste do estado para crescer. São Paulo se expandiu todo dentro de seu território. A grande saída para o Rio de Janeiro, na minha opinião, é o resgate de suas riquezas, de suas áreas consolidada com formas novas, o turismo por exemplo, os hotéis-fazenda, produtos agrícolas raros, com maior valor agregado, que o mercado hoje consome. Mas para isso o Rio de Janeiro precisa ter realmente uma consciência do seu valor. O Rio de Janeiro não tem lobby em Brasília. Onde já se viu um estado que não tem lobby? O petróleo no Rio de Janeiro parece que promoveu uma mudança para melhor na consciência do valor do Rio de Janeiro. Mas isso só ocorreu recentemente. Hoje, também no Estado do Rio, o movimento da associação de produtores está diferente, ele não está mais dependente, não está mais esperando o estado. Os produtores estão criando, estão inovando. Há também atualmente o retorno dos filhos de fazendeiros, que estão voltando para os seus municípios com muitas idéias novas. O Rio de Janeiro não teve condições de assumir a onda de inovações como São Paulo, a não ser pontualmente. Há dentro do Estado do Rio pontos altamente evoluídos do ponto de vista rural e urbano.

Mônica Machado: ***Professora Maria do Carmo, muito obrigada por sua entrevista.***